



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 88/2016

Assunto: Aprovar a cedência ao Município de Lisboa de uma parcela de terreno particular, a título gratuito, sita na Rua Direita de Palma, com a área de 9,25m², bem como submeter à apreciação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da mesma parcela.

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

Serviço: DMGP - Direção Municipal de Gestão Patrimonial

Considerando que:

- a) A operação urbanística instruída por *Silvino João da Silva Boaventura*, através do Processo 659/EDI/2014, configura comunicação prévia para construção de moradia unifamiliar a realizar à Rua Direita de Palma, número cinco, junto à Vila Penteado;
- b) O pedido de comunicação prévia em causa encontra-se abrangido pelo Plano de Pormenor de Palma de Baixo em vigor, publicado sob o Aviso N.º 9642/2013, na 2.ª série do Diário da República N.º 143 de 26 de julho de 2013 e rectificado através da Declaração de rectificação N.º 1403/2013, publicada na 2.ª série do Diário da República N.º 252 de 30 de dezembro de 2013 (cf. **Anexos 1 e 2**);
- c) O Plano de Pormenor identifica uma passagem existente à Vila Penteado, actualmente de dimensões precárias e, nos termos do mesmo, cabe ao particular, proprietário do prédio urbano sito à Rua Direita de Palma, número cinco, garantir melhor acesso (cf. **Anexos 3 e 4**);
- d) A intervenção agora proposta através do Processo 659/EDI/2014, demonstra, desde o início, a pretensão do particular de ceder ao Município a área de 9,25m² para integrar o domínio público municipal, de encontro com o previsto no Plano de Pormenor de Palma de Baixo;
- e) Do apreciado pelos serviços de urbanismo resultou que o pedido de comunicação prévia, configurado no Processo 659/EDI/2014, reúne condições com vista à sua Admissão condicionada, tendo sido homologado por despacho do Senhor Vereador a 05 de fevereiro de 2016 (cf. **Anexo 5**);



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

f) Assim e segundo o teor dos termos da Admissão do Processo 659/EDI/2014, se torna necessário aceitar a cedência, a título gratuito, da área proposta de 9,25m², a desanexar do prédio urbano descrito no registo predial sob o n.º 5249 da freguesia de Benfica, destinada a integrar o domínio público municipal, no sentido final se proceder à sua viabilidade (cf. **Anexo 6**);

I. Temos a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, aceitar:

- A cedência a título gratuito, de *Silvino João da Silva Boaventura*, ou de quem no ato da escritura prove ser o legítimo proprietário, de uma parcela de terreno representada a cor amarela na cópia da planta n.º 16/006/DMGP, (cf. **Anexo 7**), com a área de **9,25m²**, a desanexar do prédio urbano descrito no registo predial sob o n.º 5249 da freguesia de Benfica, destinada a integrar o domínio público municipal, à qual se atribui, apenas para efeitos fiscais, o valor de 46,25 € (quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente a um valor simbólico de € 5/m².

II. Temos ainda a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo n.º 33.º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo n.º 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, requerer à Assembleia Municipal:

- A afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno identificada no ponto anterior, representada a cor cinza na cópia da planta n.º 16/007/DMGP, (cf. **Anexo 8**), nos termos do previsto no Plano de Pormenor de Palma de Baixo.

CONDIÇÃO DE ACORDO

A parcela de terreno é transmita no estado em que se encontra



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

CONFRONTAÇÕES:

Da parcela a ceder pelo particular:

Norte: Rua Direita de Palma, 5

Sul e Nascente: Vila Penteado (acesso)

Poente: Rua Direita de Palma

ANEXOS

1. Extrato do Aviso N.º 9642/2013, publicado na 2.ª série do Diário da República N.º 143 de 26 de julho de 2013;
2. Extrato da Declaração de rectificação N.º 1403/2013, publicada na 2.ª série do Diário da República N.º 252 de 30 de dezembro de 2013;
3. Cópia da Informação técnica n.º 40966/INF/DIVPT/GESTURBE/2014 (fls. 319 do Processo 659/EDI/2014);
4. Cópia da Ficha 17 relativa ao lote RP1 – Plano de Pormenor da Palma de Baixo;
5. Cópia da Informação técnica n.º 4973/INF/DPEDI/GESTURBE/2016 (fls. 406 do Processo 659/EDI/2014);
6. Certidão do registo predial do prédio urbano 5249, freguesia de Benfica;
7. Planta n.º 16/006/DMGP;
8. Planta n.º 16/007/DMGP.

(Processo n.º 3640/CML/16)

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa aos 8 de março de 2016

Vereador

Manuel Salgado



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR PROPOSTO

Considerou-se o valor simbólico habitual de 5€/m² e apenas para efeitos fiscais, à parcela a ceder ao Município de Lisboa para posterior afetação ao domínio público municipal, com a área de **9,25m²**, que perfaz o montante de 46,25 € (quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos).

res”, “Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos que Recebem Público, Via Pública e Edifícios Habitacionais”, “Barreiras Arquitetónicas”, “Curso de Loteamentos e Obras Particulares.”

Experiência profissional — Exerceu funções na Câmara Municipal da Batalha desde 12 de junho de 1989, data em que ingressou na carreira técnica superior na categoria de engenheira civil de 2.ª classe. Em 14 de setembro de 1989 tomou posse no cargo de chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente da Câmara Municipal da Batalha, em comissão de serviço, tendo em 15 de janeiro de 2000 tomado posse no cargo de chefe da Divisão de Obras Particulares, em comissão de serviço. Em 30 de março de 2006, e na sequência de reestruturação dos serviços, foi nomeada chefe da Divisão do Ordenamento do Território, cargo que ocupou até 31 de janeiro de 2010. Foi nomeada, com efeitos a 1 de fevereiro de 2010, no cargo de diretora do Departamento de Operações Urbanísticas da Câmara Municipal de Leiria, em regime de substituição, tendo sido nomeada naquele cargo em comissão de serviço, com efeitos a 01 de agosto de 2011, cargo que desempenhou até 31 de dezembro de 2011. Foi nomeada, com efeitos ao dia 01 de janeiro de 2012, no cargo de diretora do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, cargo que desempenhou até 31 de dezembro de 2012. Foi designada, com efeitos ao dia 01 de janeiro de 2013, no cargo de diretora do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, tendo desempenhado as respetivas funções até 30 de junho de 2013.

Mais se torna público que, no uso das competências conferidas pelo n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada, conjugado com o n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 49/2012, pela primeira parte do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugada com a primeira parte dos n.ºs 1 dos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e pelo n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, ao abrigo das normas habilitantes contidas no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004 e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, e para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º, no artigo 11.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, por deliberação da Câmara Municipal de 18 de junho de 2013, foi designado, com efeitos ao dia 29 de junho de 2013, o licenciado Manuel Gilberto Mendes Lopes, no cargo de Diretor Municipal de Administração, em regime de substituição, considerando que reúne os requisitos legais de recrutamento para o cargo de direção superior de 1.º grau do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria a substituir.

Nota curricular do designado

Nome: Manuel Gilberto Mendes Lopes.

Licenciado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1985;

Técnico superior (do mapa de pessoal do Município de Coimbra);
Local de trabalho atual: Município de Leiria;

Carreira/cargos desempenhados:

Diretor municipal de Administração na Câmara Municipal de Leiria, em comissão de serviço (2010.06.29 a 2013.06.28);

Chefe de gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara Municipal de Leiria (2009.12.01 a 2010.06.28);

Técnico superior (jurista) — transição *ope legis* — no Gabinete Jurídico e de Contencioso (GJC)/Divisão de Estudos e Pareceres (DEP), Município de Coimbra (2009.01.01 a 2009.11.30);

Técnico superior assessor principal (jurista), no Gabinete Jurídico e de Contencioso (GJC)/Divisão de Estudos e Pareceres (DEP), Município de Coimbra (2004.11.08 a 2008.12.31);

Diretor do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos, Município de Coimbra (2002.07.01 e 2004.11.07);

Diretor do Departamento de Administração Geral, Município de Coimbra, (1997.05.21 e 2002.06.30);

Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Município de Coimbra, (1996.07.01 a 1997.05.20);

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Município da Batalha, (1990.10.01 e 1996.06.30);

Chefe da Divisão de Administração Geral, Município do Funchal, (1990.01.06 a 1990.09.30);

Chefe da Divisão de Administração Geral, Pessoal e Fiscalização, Município do Funchal, (1987.05.07 a 1990.01.05);

Técnico superior, no Gabinete Jurídico do Município do Funchal (1986.02.03 a 1987.05.06).

Outras funções desempenhadas:

Notário privativo do Município do Funchal (1987.05.07 a 1990.09.30);

Juiz auxiliar de Execuções Fiscais do Município do Funchal (1987.05.07 a 1990.09.30);

Notário privativo do Município da Batalha (1990.10.01 e 1996.06.30);

Responsável pelos Serviços de Execuções Fiscais do Município da Batalha (1990.10.01 e 1996.06.30).

Formação profissional — titular de diversas ações de formação, entre as quais se destacam: “Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)”, “Boas Práticas na Gestão Pública”, “Lei dos Compromissos”, “Regulamento de Atribuição de Auxílios da Câmara Municipal de Leiria”, “A Implementação da Medida 5.33 do Memorando da Troika e o seu Impacto nos Municípios”, “SIADAP”, “Parcerias Público Privadas”, “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação”, “Descentralização na Administração Pública”, “Modernização Administrativa”, “Técnicas de Chefia e Liderança”.

Atividade como formador (na área dos recursos humanos):

No Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA);

No Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, em parceria com o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA);

Na Associação de Técnicos Administrativos Municipais (ATAM);
Na Associação Pinhal Maior.

Comunicações/Conferências:

“Estatuto e Funções dos Dirigentes Municipais”, no Colóquio “O Novo Regime de Competências e Funcionamento das Autarquias Locais”, organizado pelo “Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local” (CEDREL), realizado em Lisboa no Hotel Sofitel, em 5 de novembro de 1999;

“Problemas e Expectativas do Pessoal Dirigente e de Chefia Municipal”, no Colóquio “O Estatuto dos Funcionários Municipais”, organizado pelo “Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local” (CEDREL), realizado em Lisboa no Hotel Holiday Inn, em 21 de junho de 2001;

“Quadro de Competências e Regime de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias”, na Reunião de Aperfeiçoamento Profissional (RAP) organizada pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), na Câmara Municipal de Soure, em março de 2002;

“Novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Administração Pública”: “Regime de Carreiras” e “Regime de Remunerações”, no 1.º Congresso de Direito Público de Coimbra, organizado pela Jurisforum, que decorreu entre 10 e 12 de julho de 2008 no Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra;

“A Relação Jurídica de Emprego Público — Notas Sobre a Nova Reforma: Os Vínculos Laborais”, conferência organizada pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, na Livraria de Almedina, Coimbra, em 4 de março de 2010;

Publicações:

“Estatuto e Funções dos Dirigentes Municipais”: publicado na “Revista de Administração Local” n.º 178-julho-agosto-2000-Ano 23;

“Regime Jurídico de Pessoal — Curso de Administração Autárquica”, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), Coimbra, 2001;

“Regime Jurídico de Pessoal — Curso de Formação de Fiscais Municipais”, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), Coimbra, 2001;

“Regime Jurídico de Pessoal — Curso de Formação de Polícia Municipal”, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), Coimbra, 2001;

“Quadro de Competências e Regime de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias”: publicado na revista “O Municipal”, Ano XXIII — n.º 225, abril de 2002;

“Direito Fundamental de Acesso à Administração Pública — A Entrevista Profissional de Seleção”: publicado na revista “O Municipal”, Ano XXIV — n.ºs 270/271, julho/agosto de 2003;

“Regime Jurídico de Pessoal”, 2.ª Edição Atualizada, CEFA, outubro de 2006.

2 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Raul Castro*.

307124544

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 9642/2013

Aprovação do Plano de Pormenor de Palma de Baixo

Torna-se público que, nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro (Regime Jurídico dos

Instrumentos de Gestão Territorial), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou em 30 de abril de 2013, na 89.ª Reunião e 18.ª Sessão Ordinária, através da Deliberação n.º 40/AML/2013 e da Deliberação n.º 42/AML/2013, aprovar o Plano de Pormenor de Palma de Baixo, incluindo o Regulamento, a Planta de Implantação e a Planta de Condicionantes, as quais se publicam em anexo.

Torna-se ainda público que, nos termos do artigo 83.º-A e do n.º 2 do artigo 150.º do mesmo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o referido Plano poderá ser consultado no portal da *internet* da Câmara Municipal de Lisboa, no endereço www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano, no Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL), sito no Picoas Plaza, na Rua do Viriato n.º 13 a n.º 17 ou no Centro de Documentação, sito no Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, no Campo Grande, n.º 25, 1.º F.

13 de maio de 2013. — O Diretor Municipal (subdelegação de competências — despacho n.º 122/P/2011, publicado no *Boletim Municipal*, n.º 923, de 27 de outubro de 2011), *Jorge Catarino Tavares*.

Deliberação

Aprovação do Plano de Pormenor de Palma de Baixo

Através da Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa n.º 40/AML/2013, de 30 de abril, foi aprovada por maioria, a Proposta n.º 370/CM/2011, relativa ao Projeto de versão final do Plano de Pormenor de Palma de Baixo, ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, com os votos a favor (PS/PCP/BE/4 independentes/1 DM PSD) votos contra (PPM) e com abstenções (PSD/CDS-PP e MPT) e ausência do PEV.

Através da Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa n.º 42/AML/2013, de 30 de abril, foi aprovada por maioria, a Proposta n.º 595/CM/2012, a qual altera a Proposta n.º 370/CM/2011, no que respeita à redação dos artigos 4.º, 5.º, 8.º, 10.º, 11.º, 13.º e 14.º do Regulamento do projeto da versão final do Plano de Pormenor de Palma de Baixo, conforme consta do Anexo I à Proposta n.º 595/CM/2012, alteração integrada no Regulamento do projeto da versão final, em conformidade com a 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa, em 24 de julho de 2012, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012 através do Aviso n.º 11622/2012. Deliberações estas, tomadas ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, com votos a favor (PS/PCP/BE/4 independentes/1 DM PSD) votos contra (PPM) e com abstenções (PSD/CDS-PP e MPT) e ausência do PEV.

13 de maio de 2013. — O Diretor Municipal (subdelegação de competências — despacho n.º 122/P/2011, publicado no *Boletim Municipal*, n.º 923, de 27 de outubro de 2011), *Jorge Catarino Tavares*.

Regulamento

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito territorial

O Plano de Pormenor de Palma de Baixo, adiante designado por Plano, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, tem por objeto a definição da organização espacial e das regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área de intervenção definida pelos seguintes limites constantes na planta de implantação:

A Norte, pelo limite cadastral da propriedade Bensaúde e a Avenida Lusíada
Sul, pela Rua das Laranjeiras;
Nascente, pelo Eixo Norte-Sul;
Poente, pela Estrada da Luz e Rua Xavier Araújo.

Artigo 2.º

Objetivos

1 — Fechar a malha urbana, eliminando espaços degradados existentes no interior do bairro.

2 — Reperfilamento da Estrada da Luz e alinhamento dos passeios, ordenamento do estacionamento.

3 — Estruturação do esquema de circulação.

4 — Resolução do problema de estacionamento.

Artigo 3.º

Faseamento da Execução do Plano

1 — O Plano será executado em duas fases:

- a) A primeira correspondente à Unidade de Execução 2
- b) A segunda correspondente à Unidade de Execução 1

2 — Em qualquer momento da implementação do plano podem ser realizadas intervenções na Unidade Histórica e na Estrada da Luz.

Artigo 4.º

Relação com outros Instrumentos de Gestão Territorial

A área de intervenção do PP encontra-se abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal a 24 julho de 2012 e publicado no *Diário da República* de 30 de agosto de 2012, através do Aviso n.º 11622/2012.

Artigo 5.º

Conteúdo Documental

1 — O Plano é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento.
- b) Planta de implantação/síntese, na escala 1: 1 000, que contém o desenho urbano, define a estrutura do parcelamento, localiza os equipamentos existentes e propostos e identifica os edifícios a demolir.
- c) Planta de condicionantes, na escala 1: 1 000, que identifica e delimita as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública ao uso dos solos.

2 — O Plano é acompanhado pelos seguintes elementos:

- a) Relatório e respetivos anexos;
- b) Planta de enquadramento, que demonstra o relacionamento do Plano com o território municipal envolvente, indicando as principais vias de comunicação e equipamentos coletivos de nível municipal que o servem;
- c) Planta da situação existente, que consiste no ortofotomapa com a ocupação do território à data da elaboração do Plano;
- d) Planta de zonamento, que contém o zonamento baseado na disciplina consagrada no PDML;
- e) Extratos do regulamento, da planta de ordenamento e da planta de condicionantes do PDML;
- f) Planta de articulação com o PDML, constituída por extratos das plantas de classificação do espaço urbano, de componentes ambientais e do inventário municipal do património, com inserção dos limites da área do Plano;
- g) Relatório (ou planta) com indicação das licenças, autorizações e informações prévias em vigor;
- h) Mapa de ruído;
- i) Plantas cadastrais contendo o cadastro atual, a proposta de transformação cadastral e as demolições;
- j) Plantas da rede viária, contendo elementos relativos à estrutura viária existente e proposta, perfis tipo e longitudinais;
- k) Planta de apresentação e arranjo dos espaços públicos contendo o tratamento proposto para o tratamento do espaço público;
- l) Plantas das infraestruturas, constituídas pelas plantas das redes existentes de energia elétrica e iluminação pública, de telecomunicações, de gás, de abastecimento de água e de saneamento básico e respetivas propostas de traçado.
- m) Programa de execução e plano de financiamento;
- n) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação.

CAPÍTULO II

Servidões e restrições de utilidade pública

Artigo 6.º

Servidões e outras restrições

As servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública estão assinaladas na planta de condicionantes e são as seguintes:

- a) Rede ferroviária pesada — Túnel do Metro existente
- b) Imóvel de Interesse Público — Palácio Quintela/Farrobo — Jardim Zoológico

Artigo 7.º

Regime

A ocupação, o uso e a transformação do solo, nas áreas abrangidas pelas servidões e restrições referidas no artigo anterior, obedecerão ao disposto na legislação aplicável cumulativamente com as disposições do Plano que com elas sejam compatíveis, aplicando-se as mais restritivas.

CAPÍTULO III

Uso do solo e conceção do espaço

Artigo 8.º

Categorias do solo

O plano é integralmente constituído por solo urbanizado, classificado como espaços consolidados e a consolidar integrando as seguintes categorias:

- a) Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano D.
- b) Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano C.

Artigo 9.º

Servidões de uso público

1 — As áreas a sujeitar a servidão de uso público estão assinaladas na Planta de Implantação/Síntese com a designação de logradouros de uso público/semiprivado.

2 — Nestas áreas pode ser autorizado um encerramento no período noturno.

SECÇÃO I

Do Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano D

Artigo 10.º

Composição e usos

1 — O traçado Urbano D é constituído pelo antigo núcleo de Palma de Baixo, consistindo num espaço urbano cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem conservar.

2 — É interdita a mudança de usos no piso térreo em todos os lotes em que estejam previstos logradouros de uso público/semiprivado.

3 — Em todos os edifícios que utilizem o piso térreo para comércio ou serviços é admitido o aproveitamento do sótão para uso habitacional.

4 — Sempre que o uso do piso térreo seja destinado a restauração é permitida a ocupação do passeio, para esplanada, desde que exista uma faixa de circulação pedonal igual ou superior a 2,25 m.

5 — Os usos permitidos neste espaço central e residencial — traçado urbano D é unicamente habitação, equipamento e comércio de carácter local.

Artigo 11.º

Obras de construção e ampliação

1 — No espaço central e residencial — traçado urbano D todas as edificações podem atingir a altura de fachada de 2 pisos sendo admitido o aproveitamento do sótão nos termos e condições estabelecidas no n.º 3 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RGEU.

2 — Os edifícios localizados na Rua Direita de Palma, entre os n.ºs 6 e 12, podem atingir a altura de fachada equivalente a 3 pisos, devido à aplicação da média das alturas de fachadas neste troço, sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RGEU.

3 — A implantação das construções deve respeitar o definido na Planta Implantação — Síntese.

4 — A demolição para substituição dos edifícios existentes, só é autorizada nos termos seguintes, depois de licenciada a obra de construção:

a) Em caso de ruína eminente do edifício, comprovada por vistoria municipal;

b) Quando a Câmara Municipal considerar, com base em parecer de estrutura consultiva criada nos termos do PDM em vigor, que o edifício existente não representa um elemento com interesse urbanístico arquitetónico ou cultural, tanto individualmente como para o conjunto em que se integra, e que o projeto apresentado contribui para a valorização arquitetónica, urbanística e ambiental da área e do conjunto edificado em que se integra, representando a substituição total ou parcial do edifício existente uma vantagem cultural e urbanística evidente.

5 — No espaço central e residencial — traçado urbano D, são admitidas obras de ampliação nos edifícios existentes, desde que fique assegurado o disposto nos números anteriores.

6 — Todas as obras e edificações deverão contemplar os princípios definidos pelo Plano, conforme se pode constatar nas fichas individuais de lote (ver Anexo I).

Artigo 12.º

Logradouros de uso público/semiprivado

Nos lotes em que se preveem logradouros de uso público/semiprivado, o Projeto de Arquitetura deve contemplar aberturas de vãos para essas zonas que contribuam para a qualificação do ambiente urbano e para o enquadramento e vitalização dos atravessamentos.

Artigo 13.º

Logradouros privados

No espaço central e residencial — traçado urbano D, a ocupação dos logradouros está sujeita às regras estabelecidas em plano diretor municipal.

SECÇÃO II

Do Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano C

Artigo 14.º

Subcategorias e usos

1 — O espaço central e residencial — traçado urbano C integra as seguintes subcategorias:

- a) A manter;
- b) A reestruturar.

2 — O espaço central e residencial — traçado urbano C é predominantemente habitacional, sendo admitidos os usos de comércio e de serviços.

Artigo 15.º

Área a manter

1 — A área a manter é constituída pelos espaços onde os arruamentos e o alinhamento do edificado estão definidos e onde se visa ordenar o aproveitamento das parcelas não edificadas e se admite a substituição de edifícios, bem como a alteração de funções e usos urbanos, desde que sejam mantidas as características morfológicas do tecido urbano existente.

2 — Nos edifícios existentes só são permitidas obras de ampliação para alinhamento de alturas de fachadas.

3 — O tratamento do espaço público é efetuado em conformidade com a Planta de Arranjos Exteriores.

4 — A abertura de vias de ligação à Estrada da Luz e o estacionamento subterrâneo encontram-se estabelecidos na Planta da Estrutura Viária Proposta.

5 — Todas as obras e edificações deverão contemplar os princípios definidos pelo Plano, conforme se pode constatar nas fichas individuais de lote

Artigo 16.º

Áreas a Reestruturar

1 — As áreas a reestruturar correspondem às Unidades de Execução 1 e 2.

2 — Todas as obras e edificações deverão contemplar os princípios definidos pelo Plano, conforme se pode constatar nas fichas individuais de lote

CAPÍTULO IV

Espaço público e qualificação

Artigo 17.º

Composição

O espaço público integra:

- a) A Rede Viária;
- b) O Estacionamento;
- c) A Circulação Pedonal;
- d) As Áreas de Estadia;
- e) Os Espaços Verdes.

Artigo 18.º

Rede viária

1 — A rede viária encontra-se hierarquizada de acordo com a Planta da Estrutura Viária Proposta.

2 — São identificadas na Planta da Estrutura Viária Proposta todas as vias da rede principal, da rede local e vias partilhadas com acesso condicionado.

3 — Os cortes tipo das vias são os indicados na Planta de Perfis Viários Tipo.

4 — Nas ruas de acesso local com circulação partilhada por veículos e peões a pavimentação ou repavimentação tem que se conformar com a Planta de Apresentação e Arranjos Exteriores e é efetuada em calçada.

5 — A Rotunda Projetada na Estrada da Luz tem que se conformar com a Planta de Rede Viária Proposta e tem pavimento em calçada.

6 — Os alinhamentos arbóreos são os constantes da Planta de Arranjos Exteriores.

Artigo 19.º

Estacionamento

1 — Estacionamento à superfície:

a) A pavimentação do estacionamento à superfície é a indicada na Planta de Arranjos Exteriores;

b) No projeto de espaço público devem ser indicados elementos que impeçam a invasão do passeio pelas viaturas nas zonas em que o estacionamento não seja permitido.

c) Os alinhamentos arbóreos definidos na Planta de Arranjos Exteriores têm que ser respeitados.

d) O estacionamento na área histórica deve ser destinado exclusivamente a residentes.

2 — Estacionamento subterrâneo:

a) O estacionamento subterrâneo previsto encontra-se indicado na Planta de Estrutura Viária Proposta

b) Esta bolsa de estacionamento tem como objetivo apoiar o Campo José Ramos e o Centro Desportivo, além de ser o complemento ao estacionamento público de superfície.

Artigo 20.º

Circulação pedonal

1 — O sistema de circulação pedonal assinalado na Planta de Apresentação e Arranjos Exteriores e na Planta de Estrutura Viária Proposta, deve ser valorizado de modo a constituir uma rede bem definida, englobando passeios e vias partilhadas com acesso condicionado com segurança e facilitando as acessibilidades com as restantes zonas do Plano e sua envolvente.

2 — Os logradouros de Uso Público e Semiprivado estão sujeitos ao disposto no artigo 12.º do presente regulamento.

Artigo 21.º

Áreas de estadia

1 — As áreas de estadia são as seguintes:

a) Rossio e Largo de Palma

b) Área de Parque Infantil, localizado na UE1

c) Praceta existente na Rua Manuel da Fonseca

2 — Estas áreas estão sujeitas a projeto de arranjo de espaços públicos.

Artigo 22.º

Espaços verdes

1 — Os espaços verdes integram as seguintes subcategorias:

a) Áreas Verdes de Proteção (eixo Norte-Sul e Av. Lusíada)

b) Áreas Verdes de Uso Público

c) Logradouros de Usos Público/Semiprivado

2 — As Áreas Verdes de Proteção estão identificadas na Planta Implantação/Síntese e na Planta de Apresentação e Arranjos Exteriores e constituem espaços de enquadramento com caráter non aedificandi.

3 — As Áreas Verdes de Uso Público encontram-se identificadas na Planta de Implantação/ Síntese e na Planta de Apresentação e Arranjos Exteriores e constituem espaços livres de usufruto da população, funcionando como elementos de ligação entre os diversos espaços.

4 — Os Logradouros de Usos Público/Semiprivado estão sujeitos ao disposto no artigo 12.º do presente regulamento, devendo:

a) Contemplar os princípios definidos pelo Plano, conforme se pode constatar nas fichas individuais de lote.

b) Ser executados e mantidos pelos proprietários dos lotes respetivos.

CAPÍTULO V

Ruído

Artigo 23.º

Classificação

A zona de intervenção do Plano classifica-se como Zona Mista nos termos do Regime Legal sobre a Poluição Sonora.

Artigo 24.º

Medidas de Redução de Ruído

1 — No âmbito do Plano deverão ser executadas as seguintes ações:

a) Reforço do isolamento sonoro de fachada dos edifícios junto às vias de tráfego;

b) Introdução de pavimento betuminoso flexível com reciclado de borracha na Av. Lusíada;

c) Introdução de Barreira Acústica na Av. Lusíada desde o viaduto sobre a Estrada da Luz até à saída para o Eixo Norte/Sul com as seguintes características: barreira acústica absorvente, com 342 m de comprimento e 3.5 metros de altura.

2 — No âmbito do Plano de Redução do Ruído a implementar na cidade de Lisboa serão executadas, as seguintes ações, a médio e longo prazo:

a) Controlo automático de velocidade por radar no Eixo N/S

CAPÍTULO VI

Património

Artigo 25.º

Valores Patrimoniais

Os valores patrimoniais identificados na área de intervenção constam do Anexo II a este Regulamento e são hierarquizados da seguinte forma:

a) Bens com Valor Patrimonial Relevante, apresentando valor arquitetónico e ambiental, cuja preservação factos urbanos essenciais para a sua memória coletiva;

i) Serem elementos de valor reconhecido;

ii) Constituírem conjuntos urbanos homogêneos, formados por repetição de tipologias com interesse;

iii) Possuírem qualidade arquitetónica e serem representativos da história local.

b) Bens com Valor Patrimonial de Referência, apresentando sobretudo valor ambiental, cuja imagem e memória se pretende defender, que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

i) Apresentarem qualidades de acompanhamento assinalável na caracterização ambiental;

ii) Contribuírem para a unidade simbólica da memória e identidades do local.

Artigo 26.º

Intervenções nos bens com valor patrimonial relevante

Nos Bens com Valor Patrimonial Relevante privilegiam-se intervenções que sublinhem o valor dos bens inventariados, havendo a possibilidade de obras de remodelação, mas sem alteração da sua volumetria aparente e expressão das fachadas.

Artigo 27.º

Intervenções nos bens com valor patrimonial de referência

Nos bens com Valor patrimonial de Referência privilegiam-se as intervenções que não alterem a linguagem arquitetónica do bem inventariado, havendo possibilidade de alterações interiores e exteriores.

Artigo 28.º

Carta Municipal do Património

São integrados na Carta Municipal do Património os bens identificados no Anexo II ao presente Regulamento como possuindo valor patrimonial relevante ou de referência.

CAPÍTULO VII

Equipamentos coletivos

Artigo 29.º

Equipamentos

1 — A Planta de Implantação/ Síntese delimita as áreas previstas para a implantação dos Equipamentos Coletivos, que são os seguintes:

- a) Centro Desportivo — junto ao Campo José Ramos
- b) Campo S.F. Palmense — Campo José Ramos
- c) Parque Infantil — deve ter uma área verde de enquadramento, sendo a idade máxima dos utilizadores 12 anos.
- d) Centro Intergeracional — a implantar nos pisos térreo e 1 do edifício do Lote L1 da UE1 e destina-se a Centro Social Intergeracional para Jovens e Idosos de apoio à população da área de intervenção do Plano e envolvente. Quando entrar em funcionamento os logradouros dos referidos lotes podem ser exclusivamente afetados à utilização do Centro;
- e) Centro de Dia, localizado na área histórica de Rossio de Palma.

2 — Os projetos de execução dos equipamentos coletivos estão sujeitos à legislação aplicável na matéria.

CAPÍTULO VIII

Execução do Plano

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 30.º

Execução programada do plano

O Plano é executado em conformidade com o Programa de Execução e com o Plano de Financiamento.

Artigo 31.º

Cedências e compensações

Nas operações de loteamento ou reparcelamento urbano, as áreas de cedência destinadas a equipamentos coletivos, espaços verdes e de utilização coletiva e infraestruturas viárias são as que resultam da aplicação das normas previstas no P.D.M. em vigor.

Nos casos em que a Câmara Municipal dispense a efetivação total ou parcial das cedências referidas no número anterior, elas serão compensadas através do pagamento em numerário ou em espécie nos termos do disposto no Regulamento Municipal de Compensações.

SECÇÃO II

Unidades de Execução

Artigo 32.º

Identificação

O plano define as seguintes unidades de execução que se encontram delimitadas na Planta de Implantação/Síntese e tem como objetivo a execução das áreas a reestruturar e requalificar:

- UE1 — Unidade de Execução das Laranjeiras
- UE2 — Unidade de Execução do Palmense

SECÇÃO III

Perequação

Artigo 33.º

Âmbito de aplicação

O princípio de perequação compensatória instituído pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, é aplicado às unidades de execução 1 e 2 definidas na Secção III do presente Capítulo.

Artigo 34.º

Sistemas de Execução

Na Unidade de Execução 1 será aplicado o Sistema de Compensação. No caso do sistema da alínea anterior não poder ser aplicado poderá ser utilizado o Sistema de Cooperação.

Na Unidade de Execução 2 será aplicado o Sistema de Compensação.

Artigo 35.º

Instrumentos de Perequação

O instrumento de perequação preconizado é o reparcelamento da propriedade.

Artigo 36.º

Mecanismos de Perequação

1 — O mecanismo de perequação utilizado é o Índice Médio de Utilização (IMU) e a Repartição dos Custos de Urbanização

2 — O Índice Médio de Utilização assume os seguintes valores:

- a) Unidade de Execução 1 é de 1.21
- b) Unidade de Execução 2 é de 1.980

CAPÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

Artigo 37.º

Casos omissos

Os casos omissos são regulados pelas disposições aplicáveis no plano diretor municipal, em vigor.

Artigo 38.º

Interpretação da planta de implantação

As orientações existentes nas plantas integrantes da planta de implantação podem ser objeto de ajustamento nos seguintes projetos de loteamento ou de execução de obra, desde que não sejam alterados os princípios gerais de ocupação do solo, nomeadamente no que respeita à disposição genérica das massas construídas, resultante dos lotes definidos, nem ultrapassados os limites fixados para as alturas de fachadas e para os índices de ocupação e de utilização do solo.

Artigo 39.º

Vigência

O Plano entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República* devendo ser revisto após 5 anos de vigência.

ANEXO I

Valores patrimoniais

Bens com Valor Patrimonial Relevante

- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 4 e 5 (cód. 13)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 6 a 8 (cód. 14)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 10 a 11 (cód. 15)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 14 a 18 (cód. 16, 17 e 18)
- Edifício habitacional/Rua Antonino e Sá, 7C (cód. 36)
- Mina de água/Rua das Palmeiras

Bens com Valor Patrimonial de Referência

- Edifício de habitação/Rua Direita de Palma, letra J (cód.1)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, letra F (cód.2)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 1/2 (cód.3)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 24 a 24 A (cód.4)
- Vila Penteador/Rossio da Palma, 7 a 13 (cód.72, 73, 74, 75, 46 e 47)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 6 a 12 (cód.8, 9, 10 e 11)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 3 a 3A (cód.12)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 9 (cód.53)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 19 a 22 (cód.44)
- Edifício de habitação/Rossio da Palma, 1 a 4 (cód.19, 20, 21, 22)
- Edifício de habitação/Rua Nova da Palma, 1 a 5 (cód. 24, 23, 22)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 1 a 1 A (cód.55)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 2 a 2 A (cód.25)
- Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 3 (cód.25)
- Edifício de habitação/Rua Nova da Palma, 4 (cód.25)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 13 (cód.27)
- Edifício de habitação/Travessa da Palma, 14 a 16 (cód.26)

Edifício de habitação/Rua Direita da Palma, 1 (cód.27)
 Edifício de habitação/Rua das Palmeiras, 11 a 15 (cód.26)
 Edifício de habitação/Rua das Palmeiras, 16 a 18 (cód.27)
 Edifício de habitação/Largo da Palma, 1 a 2 (cód.28)
 Edifício de habitação/Largo da Palma, 3 a 4 (cód.29)
 Edifício de habitação/Rua das Palmeiras, 4 a 6 (cód.28)
 Edifício de habitação/Rua das Palmeiras, 7 a 8 (cód.31)
 Edifício de habitação/Rua das Palmeiras, 9 a 10 (cód.32)
 Vila Ventura/Rua Antonino e Sá, 17 19, 19A e 19B (cód.33)
 Vila Ventura/Rua Antonino e Sá, 17 (cód.34)
 Vila Ventura/Rua Antonino e Sá, 21 (cód.35)
 Edifício de habitação/Rua Antonino e Sá, 5 (cód.42)
 Edifício de habitação/Rua Antonino e Sá, 3 (cód.43)
 Edifício de habitação/Rua Antonino e Sá, 1 (cód.60)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 47 a 47C (cód.60)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 37 a 45 (cód.45)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 27 (cód.61)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 23 (cód. 76)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 21A e 21B (cód.62)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 21 (cód.63)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 15 (cód.64)
 Edifício de habitação/Rua das Laranjeiras, 13 (cód.77)
 Vila Fernandes/Estrada da Luz, 38 a 42 (cód.70 e 71)

ANEXO II

Fichas individuais de lote

As fichas individuais de lote foram depositadas em conjunto com o processo.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

18754 — http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_condicionantes_18754_1.jpg
 18766 — http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_implantacao_18766_2.jpg
 607124399

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 9643/2013

Carlos Teixeira, presidente da Câmara Municipal de Loures, em cumprimento do disposto no artigo 91.º, n.º 1 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, torna público que a Assembleia Municipal de Loures aprovou, na sua 4.ª sessão extraordinária de 21 de maio de 2013, a alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças em vigor no Município de Loures,

aprovada na 7.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada a 3 de abril de 2013, que a seguir se publica:

Alterações ao Regulamento de Taxas do Município de Loures

É alterado o Capítulo I com a revogação do n.º 8 do artigo 5.º, bem como o Anexo I na parte respeitante à fundamentação das isenções/reduções com a revogação da justificação respeitante à isenção prevista no n.º 8 do artigo 5.º ora revogada, e são introduzidos no Capítulo III os artigos 58.º-C, respeitante ao registo para estabelecimentos de alojamento local, e 58.º-D, respeitante ao registo para estabelecimentos industriais tipo 3, bem como no Anexo I do referido Capítulo a respetiva fundamentação económica financeira:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 5.º

Isenções/reduções

8 — (Revogado.)

CAPÍTULO III

Urbanização e edificação

Artigo 58.º-C

Pela admissão de registo para os estabelecimentos de alojamento local

Pela admissão de registo para estabelecimentos de alojamento local é devida, pelo titular, no momento da apresentação do registo, seguinte taxa:

- a) Integrado em moradia — 130,00 €;
- b) Integrado em apartamento — 110,00 €;
- c) Integrado em estabelecimento de hospedagem, por unidade de alojamento — 50,00€.

Artigo 58.º-D

Estabelecimentos industriais

Pela admissão de registo para instalação, alteração e exploração de estabelecimento industrial do tipo 3 é devida, pelo titular, no momento da apresentação do registo, a seguinte taxa — 500,00€

ANEXO I

CAPÍTULO III

Urbanização e edificação

Artigo	Custos totais função/ ato/medida	Invest	Tempo médio	Benefício auferido pelo particular	Critério incentivo/ desincentivo	Valor da taxa
	Ct	PPI	¥	μ	β	€
Artigo 58.º-C						
a)	60,66	0,00	30	0,0716		130,00
b)	60,66	0,00	25	0,0724		110,00
c)	60,66	0,00	15	0,0400		50,00
Artigo 58.º-D	60,66	0,00	20	0,4122		500,00

Para o apuramento dos valores das taxas aqui em causa foram considerados, os seguintes documentos:

O Balancete Analítico por centro de custos da Câmara Municipal de Loures de janeiro a dezembro de 2009;

A Demonstração de Resultados por funções da Câmara Municipal de Loures de janeiro a dezembro de 2009 (consta do Relatório de Gestão de 2009);

O total dos custos imputados à função Ordenamento do Território a 31/12/2009 (consta do Relatório de Gestão de 2009);

Valor médio do terreno/m² no Município de Loures (valor encontrado através de um levantamento, datado de 2007, para avaliação de imóveis em todas as freguesias do concelho de Loures, elaborado por um perito oficial).

Orçamento e opções do Plano 2010/2013;

Anuário estatístico da região de Lisboa do Instituto Nacional de Estatística (2008).

Foi ainda deliberado, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do mesmo regime jurídico, proceder à abertura de um período de 15 dias, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, de participação dos interessados para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração.”

Para constar se lavrou o presente edital que vai ser afixado no edifício dos Paços do Concelho, inserido na Intranet e na página eletrónica do Município de Leiria e publicado em dois jornais locais.

25 de outubro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Raul Castro*.

307451858

MUNICÍPIO DE LISBOA

Declaração de retificação n.º 1403/2013

Nos termos do n.º 5 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, declara-se que o aviso n.º 9642/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 26 de julho de 2013, relativo à aprovação do Plano de Pormenor de Palma de Baixo, saiu com inexatidões provenientes de divergências entre o ato original, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa em 30 de abril de 2013, na 89.ª reunião e 18.ª sessão ordinária, através das deliberações n.ºs 40/AML/2013 e 42/AML/2013, e o ato efetivamente publicado que, mediante a declaração da entidade emitente, assim se retificam:

No artigo 8.º do Regulamento, onde se lê:

«O plano é integralmente constituído por solo urbanizado, classificado como espaços consolidados e a consolidar integrando as seguintes categorias:

- a) Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano D.
- b) Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano C.»

deve ler-se:

«O plano é integralmente constituído por solo urbanizado, classificado como espaços consolidados e a consolidar integrando as seguintes categorias:

- a) Espaço central e residencial — traçado urbano A;
- b) Espaço central e residencial — traçado urbano C;
- c) Espaço de uso especial de equipamento.»

Na epígrafe da secção I do capítulo III, onde se lê:

«Do Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano D.»

deve ler-se:

«Do espaço central e residencial — traçado urbano A.»

No n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento, onde se lê:

«1 — O traçado Urbano D é constituído pelo antigo núcleo de Palma de Baixo, consistindo num espaço urbano cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem conservar.»

deve ler-se:

«1 — O traçado urbano A é constituído pelo antigo núcleo de Palma de Baixo, consistindo num espaço urbano cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem conservar.»

No n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento, onde se lê:

«5 — Os usos permitidos neste espaço central e residencial — traçado urbano D é unicamente habitação, equipamento e comércio de caráter local.»

deve ler-se:

«5 — Os usos permitidos neste espaço central e residencial — traçado urbano A são unicamente habitação, equipamento e comércio de caráter local.»

No n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, onde se lê:

«1 — No espaço central e residencial — traçado urbano D todas as edificações podem atingir a altura de fachada de 2 pisos sendo admitido o aproveitamento do sótão nos termos e condições esta-

belecidas no n.º 3 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RGEU.»

deve ler-se:

«1 — No espaço central e residencial — traçado urbano A todas as edificações podem atingir a altura de fachada de dois pisos, sendo admitido o aproveitamento do sótão nos termos e condições estabelecidas no n.º 3 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RGEU.»

No n.º 5 do artigo 11.º do Regulamento, onde se lê:

«5 — No espaço central e residencial — traçado urbano D, são admitidas obras de ampliação nos edifícios existentes, desde que fique assegurado o disposto nos números anteriores.»

deve ler-se:

«5 — No espaço central e residencial — traçado urbano A são admitidas obras de ampliação nos edifícios existentes, desde que fique assegurado o disposto nos números anteriores.»

No artigo 13.º do Regulamento, onde se lê:

«No espaço central e residencial — traçado urbano D, a ocupação dos logradouros está sujeita às regras estabelecidas em plano diretor municipal.»

deve ler-se:

«No espaço central e residencial — traçado urbano A a ocupação dos logradouros está sujeita às regras estabelecidas em plano diretor municipal.»

Na epígrafe do capítulo VII, onde se lê:

«Equipamentos coletivos»

deve ler-se:

«Espaço de uso especial de equipamento»

18 de outubro de 2013. — O Diretor Municipal, *Jorge Catarino Tavares*.

607478718

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Édito n.º 572/2013

Torna-se público que, Maria Boa Hora Santos Guerreiro, pretende habilitar-se como herdeira do seu falecido esposo, Orlando Luís Valério Bartolomeu, ex-trabalhador desta Autarquia com a categoria de Assistente Operacional, falecido em 20 de novembro de 2013, a fim de poder levantar desta Câmara Municipal, a importância ilíquida de 4.386,68 €, respeitante ao subsídio por morte, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem conforme a outros abonos devidos.

Quem tiver que opor ou vir a habilitar-se ao referido levantamento, deve deduzir o seu direito, no prazo de 30 dias, a contar da publicação do presente édito no *Diário da República*.

28 de novembro de 2013. — A Vereadora (com competências delegadas em 21/10/2013), *Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado*.

307478289

MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

Aviso (extrato) n.º 15811/2013

Nomeações em comissão de serviço

Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torno público que foram nomeados por meu despacho de 22/10/2013, com produção de efeitos nessa data:

Para o Gabinete de Apoio à Presidência, Maria da Graça da Silva Santos Guerra como Chefe de Gabinete, e Isabel Maria Baptista Seixas Costa como Secretária, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugada com o n.º 4 do artigo 43.º do mesmo diploma;

Para o Gabinete de Apoio à Vereação, Ana Paula Neves da Cunha Pimenta e Daniel Márcio Fernandes Neves como Secretários, ao abrigo do n.º 2 do artigo 42.º conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º da lei supracitada.

16 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *João Duarte Anastácio de Carvalho*.

307474676

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

Aviso n.º 15812/2013

Regresso da licença sem remuneração de longa duração

Para os devidos efeitos, torna-se público que, pelo meu despacho de 9 de dezembro de 2013, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizado o regresso ao serviço a partir de 12 de dezembro de 2013 do assistente operacional Vítor André Esteves Arribas, que se encontrava de licença sem remuneração de longa duração.

13 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.*

307474335

MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

Aviso (extrato) n.º 15813/2013

Procedimento Concursal Comum para preenchimento de vinte e um postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (01/2013), aberto pelo aviso n.º 5710/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 83, de 30-abr-2013 (referências A e E).

Listas Unitárias de Ordenação Final dos candidatos aprovados

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 06-abr, torna-se público que foram afixadas as listas unitárias de ordenação final, homologadas, relativas ao procedimento concursal em epígrafe e às seguintes referências: A (técnico superior, 1 posto de trabalho na área funcional de engenheiro florestal) e E (técnico superior, 1 posto de trabalho na área funcional de educador de infância).

As listas, homologadas em 10 e 16-dez-2013, por despacho da Vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, no uso de competência que lhe foi delegada, foram objecto de notificação aos candidatos, através de ofício registado, encontrando-se afixadas em local visível e público, nos Paços do Concelho e disponibilizada na página eletrónica (www.cm-monchique.pt), tudo nos termos dos n.º 4 a n.º 6 do artigo 36.º da referida Portaria.

Dos despachos de homologação exercidos sobre as referidas listas pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da mesma Portaria.

16 de dezembro de 2013. — Por delegação de competências, a Vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, *Arminda de Lurdes Andrez*.

307473817

MUNICÍPIO DE NORDESTE

Editais n.º 1108/2013

Carlos Alberto Medeiros Mendonça, Presidente da Câmara Municipal do Concelho do Nordeste:

Torna público, que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada no dia 9 de dezembro corrente deliberou, por unanimidade, submeter a apreciação pública a alteração do artigo 31.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Nordeste, conforme proposta em anexo, para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação no *Diário da República*, em cumprimento do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro.

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões ao Presidente da Câmara Municipal, Praça da República, 9630-141 Nordeste, dentro do período atrás referido.

Para conhecimento geral se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

11 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Carlos Mendonça*.

Proposta de alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Nordeste

Considerando que:

O país, a Região e o Concelho encontra-se, como é sabido, mergulhado numa grave crise económica;

A crise é ainda mais significativa em meios pequenos como é a realidade do Concelho do Nordeste;

Os valores das taxas municipais para pedidos de utilização da casa de matança tornam-se elevados, dado que, o montante a cobrar refere-se a cada unidade a abater;

Proponho a alteração do artigo 31.º da Tabela de Taxas e outras Receitas do Município do Nordeste, alterando o ponto n.º 1 e aditando-lhe o ponto n.º 2, passando o referido artigo a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO XVIII

Casa da Matança

Artigo 31.º

Casa de Matança

Valor
(em euros)

1. Por utilização para abate

1.1 Vitelos a abater até 6 meses de idade	15,00
1.2 Novilhos dos 6 meses aos 2 anos de idade	30,00
1.3 Gado bovino com mais de 2 anos de idade	35,00
1.4 Suínos	15,00
1.5 Caprinos ou ovinos	10,00
1.6 Outros	10,00

2. “Pela segunda unidade a abater, importa o pagamento de 50 % a menos do valor correspondente ao da taxa aplicável no número anterior e as seguintes unidades 80 %”.

207478361

MUNICÍPIO DE ODEMIRA

Aviso n.º 15814/2013

Para os devidos efeitos se torna público que através do meu Despacho n.º 1/2013 P, de 15 de outubro, e de acordo com o disposto na alínea *c*), n.º 1, conjugado com o n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/1999 de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, parcialmente revogada pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeei, como vereadores em regime de tempo inteiro, o senhor Helder António Guerreiro (Lic.) e a senhora Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís (Lic.), com efeitos a partir de 15 de outubro do corrente ano (inclusive).

14 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Candeias Guerreiro*, engenheiro.

307425995

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso (extrato) n.º 15815/2013

Nos termos e para os efeitos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que este Município celebrou os seguintes Contratos de Trabalho em Funções Públicas:

1 — Por Tempo Indeterminado, com:

Gustavo Rodrigues da Silva Jorge Pelichos, na categoria e carreira de técnico superior, com início a 1 de setembro de 2008 e o vencimento de 740,61€.

Joana Rosa Roça de Vasconcelos Mota, na categoria e carreira de técnico superior, com início a 16 de fevereiro de 2009 e o vencimento de 1.101,93€.

DUEXO III

DACM

Prop. n.º 88/2016

Fls.

Folha n.º 319

659/ED/14

Informação

N.º 40966/INF/DIVPT/GESTURBE/2014

Data

30-09-2014

Assunto: Urbanismo - Parecer Urbanístico

Processo n.º 8758/EXP/2014

Requerente: Silvino Joao da Silva Boaventura

Local: Rua Direita da Palma de Baixo,5

Freguesia: São Domingos de Benfica (Nova Freguesia)

Na sequência do solicitado pela DPE, através o Processo nº 8758/EXP/2014, sobre o Processo 659/EDI/2014, temos a informar que apesar a ficha de lote apontar uma área de 261m², para a área do lote RP1, esta deverá ser aferida aquando do projeto através de levantamento topográfico e/ou certidão predial que confirma a área que constitui este lote.

Após consulta dos elementos constituintes do processo nº 659/EDI/2014, verifica-se que o documento emitido pela Conservatória do Registo Predial de Lisboa indica que o lote apresenta 400m² de área e que o levantamento topográfico 443.65m². Sugere-se que o proprietário solicite junto da conservatória a correção da área para que a mesma conste da caderneta. É esta área, do levantamento topográfico após correção no registo, que prevalece sobre o indicado na ficha de lote constante do Plano de Pormenor.

Há que garantir uma passagem, já existente 'mas de fracas condições à Vila Penteado, pelo que o Plano de Pormenor propõe o seu alargamento, cabendo a este lote garantir esta abertura, neste caso com 9,25m² de área de cedência para domínio público.

Considera-se que o projeto agora entregue vai de encontro ao pretendido no plano de pormenor de Palma de Baixo.

Á consideração superior,

O(A) Técnico(a)

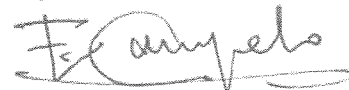


(Paula Pacheco Rolo Duarte)

Despacho

Para o Chefe da Divisão
de Projetos Estruturais
sobre João Guerreiro.

Concordo com a
informação. A
propriedade é qualificada
da subdivisão
urbana, presunção
faz este caso do
plano.



30.9.14

O Chefe de Divisão

F. Campelo
Divisão de Planeamento Territorial
Departamento de Planeamento e Organização Urbana

DUEXO IV

DACM

Prop. n.º 88/2016

Fls. _____

PLANO DE PORMENOR DA PALMA DE BAIXO

FICHA 17

ZH

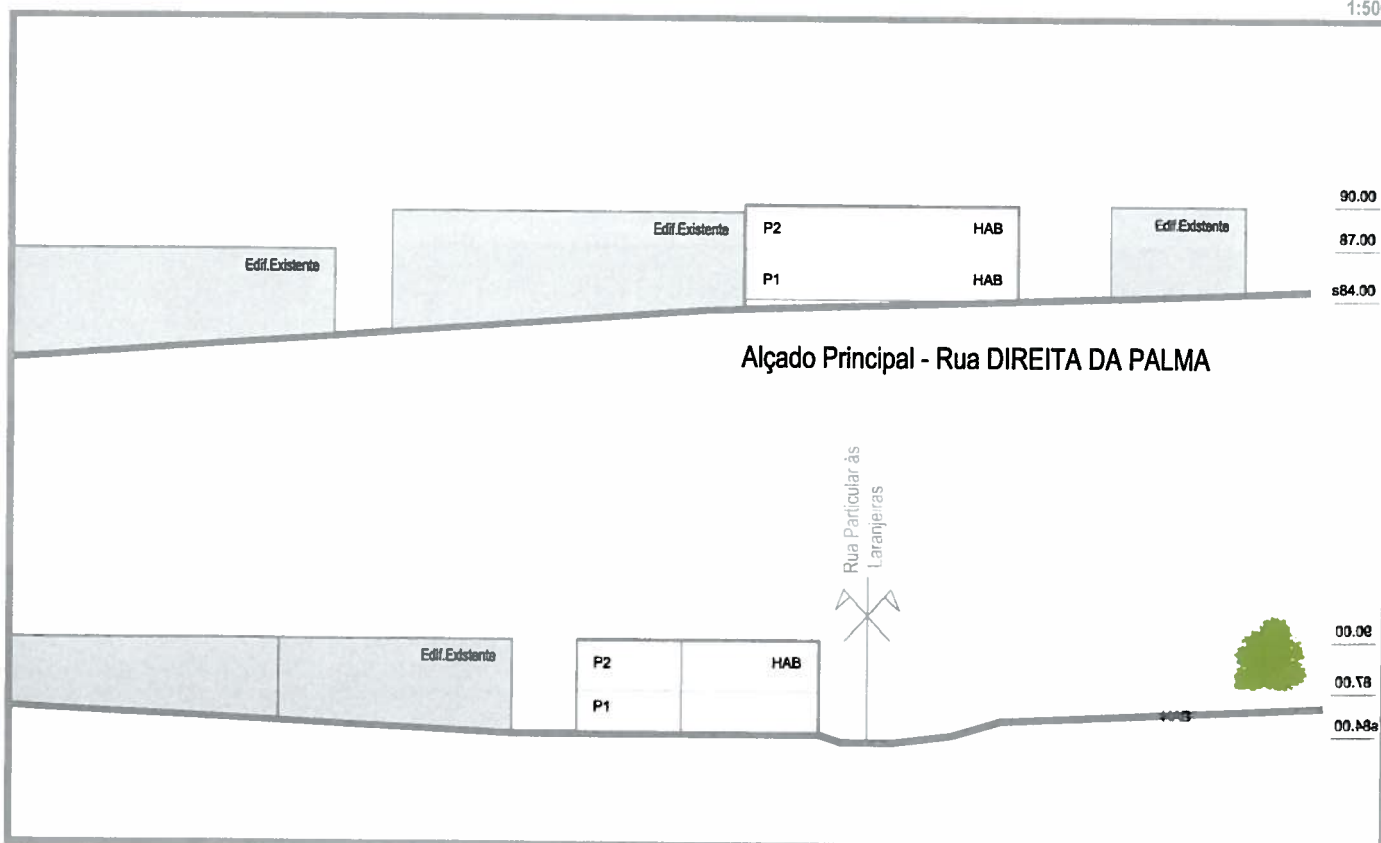
RP1

DESIGNAÇÃO DO LOTE :	RP1
ÁREA DO LOTE :	261 m ²
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:	261 m ²
Nº PISOS :	2
COTA DE SOLEIRA COTA DE CUMIEIRA:	84 / 90
ALTURA DE FACHADA:	6
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL:	523 m ²
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO:	523 m ²
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE COMÉRCIO:	-
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO:	-
LUGARES ESTACIONAMENTO (PREVISTO PDM):	4
LUGARES ESTACIONAMENTO:	4
FOGOS PREVISTOS :	4
LOCAL: RUA DIREITA DA PALMA	



1:500

1:500



ANEXO V



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Projetos Estruturantes
Divisão de Projetos de Edifícios

DEFIRO
os termos propostos Por delegação de
competências no Despacho n.º 42/P/2015
de 21 de Maio de 2015, publicado no
4.º suplemento do B.M. n.º 1110
de 28 de Maio de 2015
O Vereador

Manuel Gaigado

Folha n.º 406 5.02.16

DACM

Prop. n.º 88/2016

Fls.

Informação

N.º 4973/INF/DPED/GESTURBE/2016

Data

03-02-2016

Assunto: Construção

Processo n.º 659/EDI/2014

Requerente: Silvino João da Silva Boaventura

Local: Rua Direita de Palma, 5

Freguesia: São Domingos de Benfica

Exmo. Sr. Chefe de Divisão de Projetos de Edifícios (CDPE),

1. O Requerente solicita, ao abrigo do artigo 9º e do n.º 4 do art.º 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE, Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro), a comunicação prévia do projeto de construção que apresenta para os devidos efeitos.

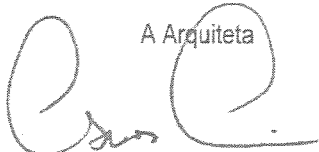
2. Conforme mencionado na informação n.º INF/167/DMGP/DOP/15, e respetivo despacho, datado de 29-01-2016 a fls. 405 verso do presente processo, verifica-se que os serviços da Direção Municipal de Gestão Patrimonial (DMGP) poderão elaborar a proposta de aceitação da doação após a Admissão do presente pedido de comunicação prévia.

Face ao exposto, julga-se que se encontram reunidas as condições para a prossecução da apreciação do presente processo com vista à sua Admissão, condicionada à cedência para o domínio público municipal de uma faixa de 9,25m², nos termos do Plano de Pormenor de Palma de Baixo, até à apresentação do pedido de Autorização de Utilização.

Mais se propõe, após a Admissão do presente pedido de comunicação prévia, dar conhecimento do respetivo despacho aos serviços da DMGP a fim de se iniciar o processo de regularização patrimonial que viabilize o proposto.

À consideração superior,

A Arquitecta


(Carolina Correia)



O Diretor Municipal

Jorge Catarino Tavares

Direção Municipal de Urbanismo

por subdelegação de competências no Despacho
n.º 111/P/2015 de 14 de Setembro de 2015, publicado
No B.M. n.º 1127 de 24 de Setembro de 2015

Despacho

AO EXMO. SR. DPE

CONCORDO.

CONSIDERANDO A INFORMAÇÃO DA DOP/
DMGP PROPOE-SE A ADMISSÃO DO
P.P.

VER FOLHA DE CONCORDO A FL. 405.

O Chefe de Divisão

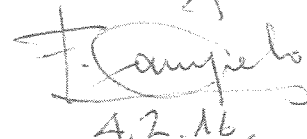
João L. Santos Guerra

Divisão de Projetos de Edifícios
Departamento de Projetos Estruturantes

03.02.16

Para Diretor da DMU,
Ayle Jorge Catarino.

Concordo com a
proposta de admissão
do pedido de comunicação
prévia, atento às
questões expostas
no âmbito do processo.


4.2.16.

O Diretor de Departamento

Eduardo Campelo

Departamento de Projetos Estruturantes

DUE X0 UL

DACM

FB. 335

Prop. n.º 38/2016

659/14

Fls.

Conservatória do Registo Predial de Lisboa

Freguesia Benfica

5249/20100922

registo predial
online

C: 2277/OTR/15
P: 6131-15
Data:

Certidão Permanente

Código de acesso: GP-1026-49773-110608-005249

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Lisboa

Rua Direita da Palma de Baixo, n.º 5

ÁREA TOTAL: 443,65 M2

ÁREA COBERTA: 443,65 M2

MATRIZ n.º: 1949

FREGUESIA: São Domingos de Benfica

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Lote de terreno - construção

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)

Alda Gomes Rodrigues

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Lisboa

AP. 3004 de 2011/05/31 16:05:59 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2011/05/31 16:05:59 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

Na Proporção de 75%:

** SILVINO JOÃO DA SILVA BOAVENTURA

NIF 198013108

Casado/a com SOFIA CRISTINA RODRIGUES SOARES no regime de Separação de bens

Morada: Rua Carlos de Oliveira, n.º 3, 17.º B

Localidade: Lisboa

Na Proporção de 25%:

** SOFIA CRISTINA RODRIGUES SOARES

NIF 198050666

Casado/a com SILVINO JOÃO DA SILVA BOAVENTURA no regime de Separação de bens

Morada: Rua Carlos de Oliveira, n.º 3, 17.º B

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MARIA DE LURDES LOPEZ FARIA ANTUNES DA SILVA

NIF 153612878

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

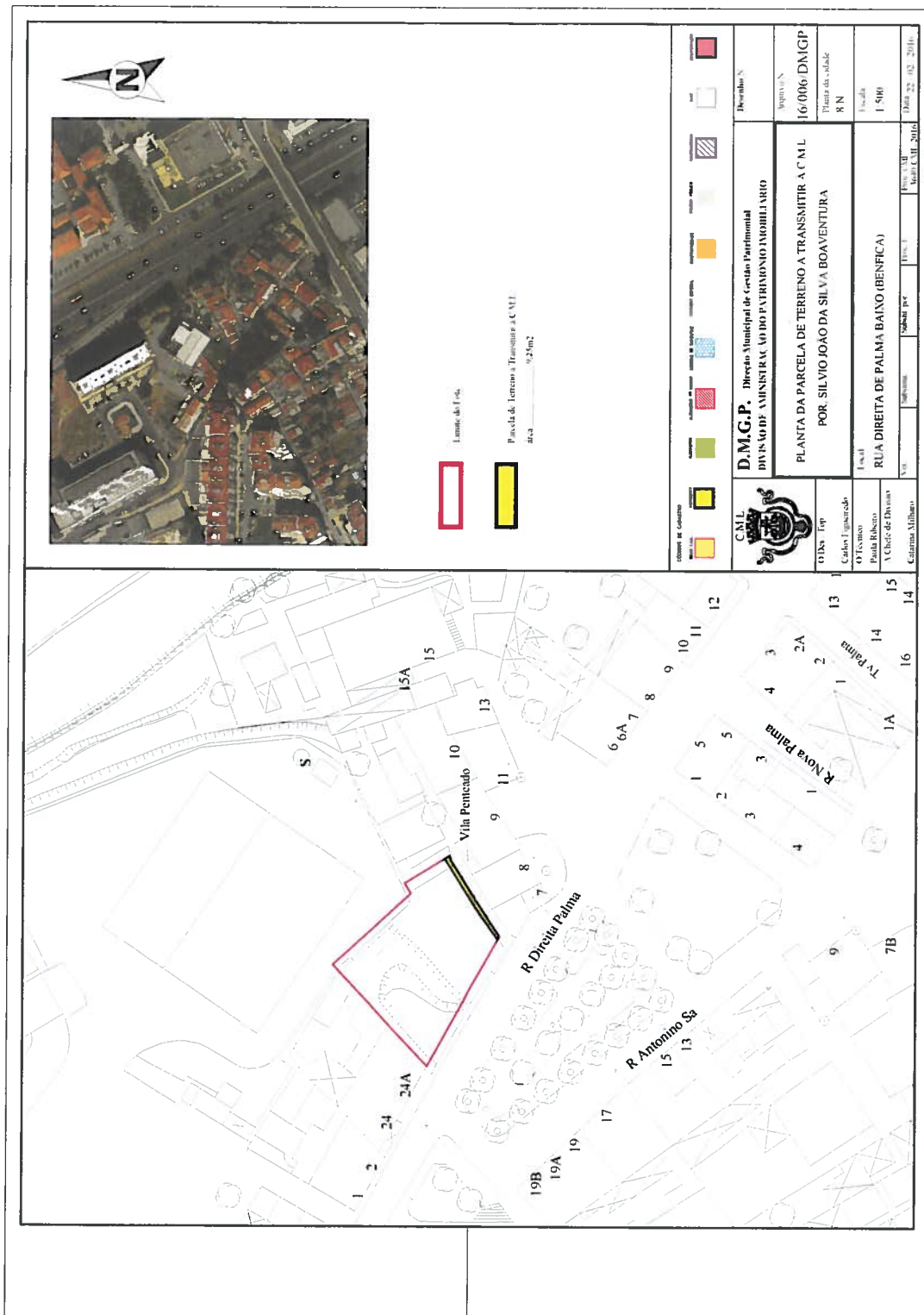
O(A) Adjunto(a) do Conservador(a)
Sílvia Maria Casqueiro Raminhos

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

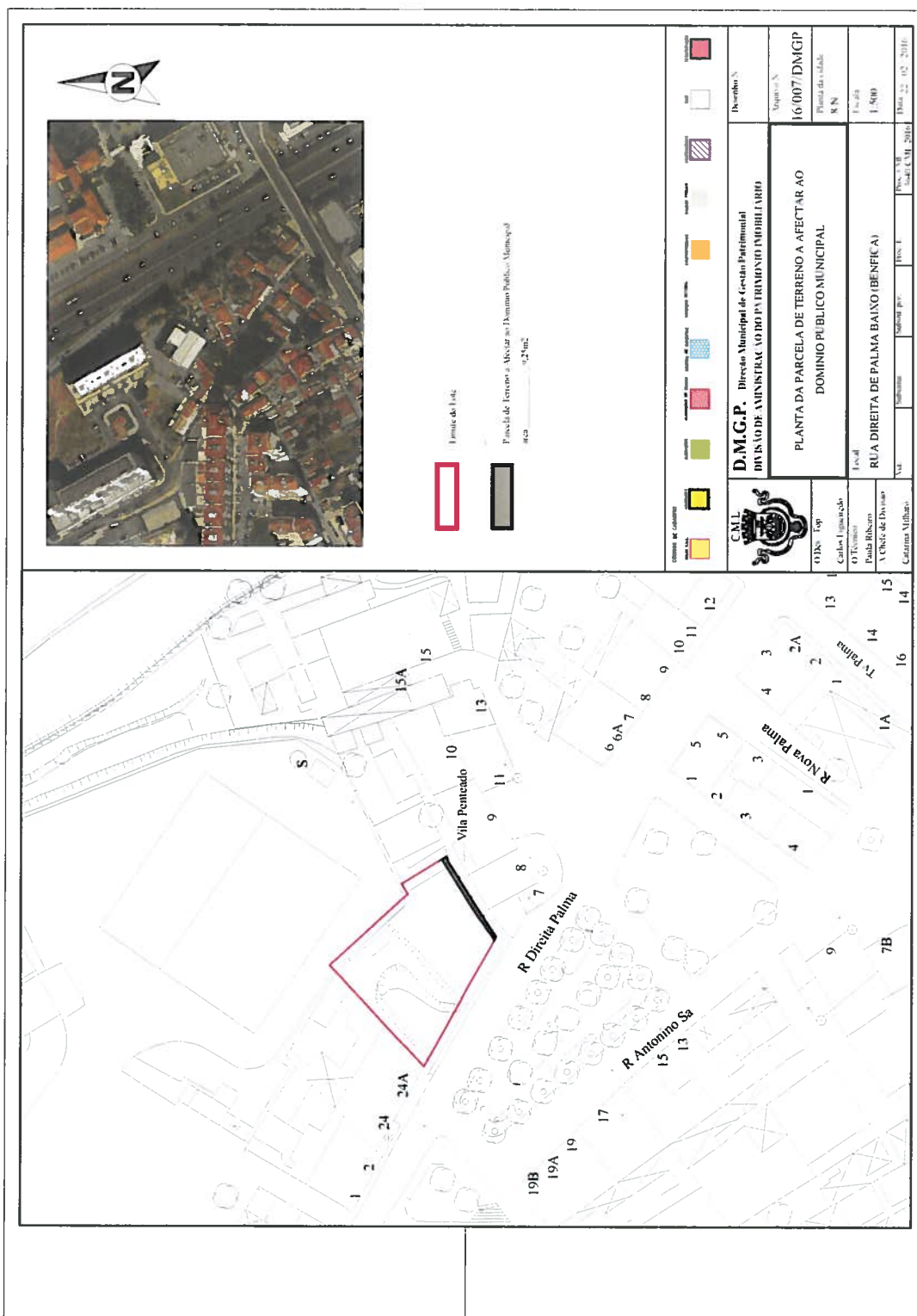
Certidão permanente disponibilizada em 18-12-2014 e válida até 18-03-2015

DACM
Prop. n. 8812016
Fls. _____



DUE XO VIII

DACM
Prop. n.º 88/2016
Fls. _____





C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 8 de Março de 2016, a ata, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da ata n.º 101 da reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2016

(Aprovada por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 6/2016 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento da artista plástica Ana Vieira, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 77/2016 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e João Afonso)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a isenção do pagamento da taxa administrativa às entidades que beneficiaram da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública e de publicidade no período entre 1 de Janeiro de 2015 e a entrada em vigor do novo Regulamento de Taxas, Preços e outras receitas Municipais, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 85/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o pedido de licenciamento de obras de construção na Rua das Amoreiras, freguesia de Campo de Ourique, que constitui o processo n.º 49/EDI/2015, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD)	2 (PCP)	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 86/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o início do procedimento de delimitação da operação de reparcelamento da área envolvente ao entroncamento entre a Rua da República da Bolívia e a Rua Dr. Pereira Bernardes, freguesia de Benfica, e a abertura do período de discussão pública, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 87/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a alteração das repartições de encargos de sete empreitadas de obras em escolas, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 88/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a cedência ao Município de Lisboa de uma parcela de terreno particular, a título gratuito, sita na Rua Direita de Palma, com a área de 9,25m², bem como submeter à apreciação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da mesma parcela, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 100/2016 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Atribuir o topónimo “Rua Hermínio da Palma Inácio” à Rua 9 do Projeto de Urbanização do Alto do Lumiar, nos termos da proposta;

	A favor	Contra	Abstenções
Aprovada por maioria com a seguinte votação:	14 (7PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 2PCP)	-----	1 (CDS/PP)

Proposta n.º 101/2016 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Atribuir o topónimo “Rotunda Almirante Pinheiro de Azevedo” à Rotunda à Avenida Nuno Krus Abecasis, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 102/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Lisboa e o Serviço de Jesuíta aos Refugiados - Portugal (JRS – Portugal), no âmbito da gestão do Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados (CATR), bem como a transferência de verbas respetivas, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Silva* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Lisboa, aos 08 de Março de 2016

O Presidente

Fernando Medina
Fernando Medina

PROPOSTA 88/2016 – APROVAR A CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DE LISBOA DE UMA PARCELA DE TERRENO PARTICULAR, A TÍTULO GRATUITO, SITA NA RUA DIREITA DE PALMA, COM A ÁREA DE 9,25M², BEM COMO SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA MESMA PARCELA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 12, Proposta 88/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 88/2016 a qual foi aprovada por unanimidade.